

Extensão em direitos humanos, ensino religioso e diversidades na interface com a educação básica: uma abordagem extensionista

Extension in human rights, religious education, and diversities at the interface with basic education: an extensionist approach

Merabe José Rodrigues¹

RESUMO

A educação em direitos humanos, ensino religioso e diversidades tem se consolidado como um campo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse contexto, a extensão universitária desempenha um papel essencial ao conectar a Academia às demandas sociais, promovendo experiências de formação continuada e a produção de conhecimento aplicado. O presente artigo tem como objetivo discutir a interface entre a extensão universitária e a educação básica, enfatizando sua importância para a valorização da diversidade, a promoção dos direitos humanos e o ensino religioso como ferramenta de compreensão e respeito entre diferentes crenças. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica contendo estudos relevantes sobre o tema, além da análise de experiências extensionistas implementadas em diferentes contextos educacionais. Os resultados indicam que ações extensionistas bem estruturadas contribuem significativamente para a formação cidadã e para o enfrentamento das desigualdades no ambiente escolar. Conclui-se que o fortalecimento do diálogo entre a universidade e a educação básica é essencial para garantir uma educação mais equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Extensão universitária. Direitos humanos. Diversidade. Educação básica. Ensino religioso.

ABSTRACT

Education in human rights, religious education, and diversity has been consolidated as a fundamental field for the construction of a more just and inclusive society. In this context, university outreach plays an essential role in connecting academia to social demands, promoting continuing education experiences and the production of applied knowledge. This article aims to discuss the interface between university outreach and basic education, emphasizing its importance for valuing diversity, the promotion of human rights, and religious education as a tool for understanding and respect among different beliefs. The methodology used is based on a bibliographic review containing relevant studies on the subject, in addition to the analysis of outreach experiences implemented in different educational contexts. The results indicate that well-structured outreach actions contribute significantly to the formation of citizenship and to tackling inequalities in the school environment. It is concluded that strengthening the dialogue between universities and basic education is essential to ensure a more equitable and inclusive education.

¹ Doutoranda em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória, Espírito Santo, Brasil / PhD student in Religious Studies, United College of Vitória, State of Espírito Santo, Brazil (meraberodrigues18@gmail.com).

Keywords: University outreach. Human rights. Diversity. Basic education. Religious education.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, a educação em direitos humanos, ensino religioso e diversidades representa um campo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva (Freire, 1996). Além disso, a educação básica possui um papel central na formação cidadã e na construção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade, sendo imprescindível que os conteúdos curriculares contemplem essa dimensão. Contudo, desafios estruturais, pedagógicos e sociais ainda dificultam a implementação de práticas efetivas nessa área. Nesse contexto, a extensão universitária desempenha um papel essencial ao conectar a Academia às demandas sociais, promovendo experiências de formação continuada e a produção de conhecimento aplicado.

O presente artigo tem como objetivo discutir a interface entre a extensão universitária e a educação básica, enfatizando sua importância para a valorização da diversidade, a promoção dos direitos humanos e o ensino religioso como ferramenta de compreensão e respeito entre diferentes crenças. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica contendo estudos relevantes sobre o tema, além da análise de experiências extensionistas implementadas em diferentes contextos educacionais.

Nesse contexto, a extensão universitária surge como um elo entre o conhecimento acadêmico e a realidade educacional, possibilitando a criação de projetos que promovam a inclusão e a cidadania. Logo, mediante articulações com escolas da educação básica, as universidades podem oferecer suporte técnico, formação continuada para professores e atividades que estimulem o pensamento crítico dos estudantes em relação aos direitos humanos e à diversidade (Santos, 2015). Além disso, a extensão contribui para a disseminação de práticas pedagógicas inovadoras que consideram a multiculturalidade presente no ambiente escolar.

Dentre os temas articulados à educação em direitos humanos, o ensino religioso destaca-se como uma ferramenta potencial para promover a compreensão e o respeito entre diferentes crenças e visões de mundo. Nesse sentido, o ensino religioso, quando abordado sob uma perspectiva laica e pluralista, pode contribuir significativamente para a formação ética dos estudantes e para o fortalecimento da cultura de paz no ambiente escolar (Menezes, 2017).

Por fim, este artigo busca discutir a relevância da extensão universitária na interface com a educação básica, analisando como projetos e ações extensionistas podem fortalecer a educação em direitos humanos e diversidades, com especial atenção ao ensino religioso como instrumento para a valorização da pluralidade cultural e religiosa. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica e na análise de experiências desenvolvidas em diferentes contextos educacionais. Os resultados indicam que ações extensionistas bem estruturadas contribuem significativamente para a formação cidadã e para o enfrentamento das desigualdades no ambiente escolar. Conclui-se que o fortalecimento do diálogo entre a universidade e a educação básica é essencial para garantir uma educação mais equitativa e inclusiva.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A base teórica deste estudo está fundamentada em autores que discutem a extensão universitária, a educação em direitos humanos e diversidades, bem como o ensino religioso na educação básica. A abordagem adotada considera a concepção freireana de educação como prática emancipatória (Freire, 1996), a qual enfatiza a importância do diálogo e da participação ativa dos sujeitos no processo educativo.

Nesse cenário, Candau (2008) propõe uma perspectiva crítica acerca da educação em direitos humanos, ressaltando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o reconhecimento das diversidades culturais e sociais. Ademais, Pereira *et al.* (2007) abordam a extensão universitária como um espaço de interação dialógica entre a universidade e a comunidade, possibilitando a construção de saberes contextualizados e transformadores.

No que tange ao ensino religioso, Menezes (2017) e Souza (2019) destacam a importância de uma abordagem laica e pluralista, que favoreça o respeito às diferentes crenças e promova a reflexão ética dos estudantes. A presença do ensino religioso na educação básica deve estar alinhada aos princípios dos direitos humanos, garantindo uma prática pedagógica que não privilegie uma única perspectiva religiosa, mas fomente o conhecimento sobre diversas tradições e filosofias de vida.

Essas referências teóricas orientam a análise das experiências extensionistas no campo da educação em direitos humanos, ensino religioso e da diversidade, ao enfatizar a necessidade de políticas públicas e práticas educacionais que promovam a inclusão e o respeito à pluralidade cultural e religiosa no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica de produções acadêmicas, artigos científicos e documentos institucionais sobre a extensão universitária na interface com a educação em direitos humanos, diversidades e ensino religioso. Desse modo, foram analisados estudos que descrevem experiências extensionistas em escolas da educação básica, bem como diretrizes de políticas públicas voltadas para a formação docente e a promoção da inclusão escolar.

Para a seleção dos materiais analisados, adotou-se uma estratégia de busca em bases de dados acadêmicas, como *SciELO*, Capes Periódicos e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão consideraram publicações dos últimos 15 anos que abordassem práticas extensionistas relacionadas aos direitos humanos e à diversidade na educação básica. Além disso, foram analisados relatos de experiências registrados em relatórios institucionais de universidades que desenvolvem projetos de extensão voltados a essa temática.

A análise dos dados baseou-se em uma abordagem interpretativa, buscando identificar tendências, desafios e impactos das ações extensionistas no contexto educacional. Dessa forma, foram considerados aspectos como a participação da comunidade escolar, a eficácia das metodologias aplicadas e a contribuição dos projetos para a formação crítica dos estudantes e docentes. Ademais, a pesquisa comparou iniciativas em diferentes regiões do país, destacando boas práticas e desafios recorrentes na implementação dessas ações.

Com base nas informações coletadas, foram elaboradas reflexões acerca da relevância da extensão universitária como estratégia de fortalecimento da educação em direitos humanos e ensino religioso, enfatizando a necessidade de um maior investimento institucional e de políticas públicas voltadas para essa área (Nogueira; Silva; Placido, 2024).

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

De modo geral, a extensão universitária pode ser definida como uma atividade acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa, cuja finalidade é aproximar a universidade da sociedade (Brasil, 2012). No campo da educação básica, ela pode atuar como um mecanismo para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e

inclusivas (Gadotti, 2005). Nessa perspectiva, estudos apontam que programas extensionistas voltados para a educação em direitos humanos contribuem para a formação crítica de professores e estudantes, possibilitando a construção de um ambiente escolar mais democrático e participativo (Candau, 2012).

Além disso, a extensão universitária promove um espaço de formação continuada para docentes e gestores escolares, permitindo que eles adquiram conhecimentos sobre metodologias inovadoras para abordar os direitos humanos em sala de aula. Outrossim, projetos de extensão têm potencial para engajar os alunos de licenciatura em práticas pedagógicas transformadoras, promovendo o contato direto com a realidade das escolas públicas e fortalecendo sua formação docente (Nogueira; Silva; Placido, 2024).

Além do mais, um aspecto relevante da extensão universitária no campo da educação em direitos humanos é o incentivo à participação da comunidade escolar nos processos formativos e ações desenvolvidas, tornando o processo educativo mais dialógico e democrático. Iniciativas como oficinas, seminários e fóruns promovidos por universidades possibilitam que alunos, pais e professores debatam temas como a diversidade cultural, a equidade de gênero e o combate à discriminação, criando espaços de escuta e troca de experiências (Nogueira; Silva; Placido, 2024). Essas ações favorecem a desconstrução de preconceitos e fortalecem valores como respeito e solidariedade no ambiente escolar.

Em geral, a tecnologia assume um papel cada vez mais relevante nas práticas extensionistas voltadas à educação em direitos humanos. Nesse contexto, plataformas digitais e recursos multimídia vêm sendo utilizados como estratégias para ampliar o alcance dessas ações, uma vez que permitem a disseminação de materiais educativos, a oferta de cursos e a promoção de debates remotamente, acessível a professores e alunos. Desse modo, a educação em direitos humanos pode se expandir para além dos espaços físicos das escolas, tornando-se acessível a um público mais amplo e diversificado (Sousa; Moita; Carvalho, 2011).

Por fim, a extensão universitária na educação básica fortalece a pesquisa aplicada, possibilitando que os desafios e demandas reais das escolas sejam investigados de maneira mais aprofundada. Essa aproximação entre teoria e prática contribui para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e para a formulação de estratégias pedagógicas baseadas em evidências empíricas (Addor, 2020).

O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Ensino Religioso, sob uma perspectiva interconfessional e respeitosa à diversidade, destaca-se como uma ferramenta essencial na educação em direitos humanos. O ensino religioso laico, previsto na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), tem como objetivo promover o respeito à pluralidade de crenças e a formação ética dos estudantes (Menezes, 2017).

Nessa perspectiva, a extensão universitária pode contribuir para a consolidação dessa proposta pedagógica ao oferecer suporte pedagógico aos docentes de Ensino Religioso, garantindo que os conteúdos da disciplina sejam trabalhados de maneira inclusiva e alinhada aos princípios dos direitos humanos. Além disso, projetos extensionistas podem promover diálogos inter-religiosos no ambiente escolar, incentivando a compreensão mútua e a valorização da diversidade religiosa como elemento enriquecedor da cultura escolar (Souza, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa demonstram que a extensão universitária desempenha um papel fundamental na interface entre a educação básica, os direitos humanos, a diversidade e o ensino religioso. Nesse sentido, por meio de projetos extensionistas, é possível promover práticas pedagógicas inovadoras, formação docente continuada e ações que fomentem o respeito às diferenças, bem como a inclusão social.

No que diz respeito ao Ensino Religioso, observou-se que sua abordagem pluralista e laica tem promovido reflexões críticas entre os estudantes, ampliando sua compreensão sobre diferentes tradições e sistemas de crenças. Nesse contexto, projetos extensionistas que integraram o Ensino Religioso à formação ética e cidadã apresentaram impactos positivos, contribuindo para o fortalecimento da cultura de paz e para a valorização da diversidade religiosa no ambiente escolar.

Além disso, foram identificados desafios importantes para a implementação efetiva das práticas extensionistas, entre os quais destacam-se a resistência institucional e a insuficiente capacitação docente. A superação desses desafios requer maior investimento em políticas públicas e apoio institucional para fortalecer ações educacionais voltadas à diversidade e aos direitos humanos. Constatou-se que o Ensino Religioso, quando abordado de forma laica e pluralista, pode contribuir

significativamente para o fortalecimento de uma cultura de paz e respeito às diversas crenças, alinhando-se aos princípios dos direitos humanos. O engajamento da universidade nesse processo fortalece a formação cidadã dos estudantes e promove um ambiente escolar mais inclusivo.

No entanto, os desafios ainda são consideráveis, especialmente no que diz respeito à implementação de políticas públicas que incentivem a continuidade e ampliação dos projetos extensionistas. Portanto, torna-se necessário um maior investimento institucional, bem como o fortalecimento das parcerias entre universidades e escolas, garantindo que as ações desenvolvidas possam gerar impactos duradouros. Dessa forma, conclui-se que a extensão universitária não apenas amplia o alcance do conhecimento acadêmico, como desempenha um papel estratégico na consolidação de uma educação comprometida com a valorização da diversidade, a equidade social e a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, F. Extensão tecnológica e tecnologia social: reflexões em tempos de pandemia. **NAU Social**, Salvador, v. 11, n. 21, p. 395-412, 2020. DOI 10.9771/ns.v11i21.38644. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38644>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A3ria-e-book.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul./set. 2012. DOI 10.1590/S0101-73302012000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJywL/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- CANDAU, V. M. F. Educação em direitos humanos: fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

MENEZES, R. **Ensino religioso e pluralismo**: um caminho para a educação em direitos humanos. Brasília: Editora UnB, 2017.

NOGUEIRA, A. B.; SILVA, A. W. C.; PLACIDO, V. L. S. **A prática da extensão universitária na formação e no impacto dos agentes envolvidos**. Campinas: Splendet, 2024.

PEREIRA, Q. L. C. *et al.* Processo de (re)construção de um grupo de planejamento familiar: uma proposta de educação popular em saúde. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 320-325, abr./jun. 2007. DOI 10.1590/S0104-07072007000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/p7GhbZgMcrgzJJnwMvw6sRf/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2015.

SOUSA, R. P.; MOITA, F. M. C. S. C.; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SOUZA, M. **Diálogo inter-religioso e ensino religioso na escola pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Submetido em 29 de março de 2025.

Aprovado em 1º de julho de 2025.